Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor



Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



Eliminação de lixões e outras formas de destinação final inadequada no Brasil demandaria R\$ 225 bilhões nos próximos 35 anos

TJSP confirma multa por ausência de terminal de consulta de preços em lojas de materiais de construção

TJMG – Construtora terá que indenizar cliente por propaganda enganosa

TJAL determina retirada de hidromassagem de varanda de apartamento

Prescrição aquisitiva começa do exercício da posse ad usucapionem, diz STJ

Sem prova de adesão, associação não pode cobrar taxas de moradora, decide STJ

TJDFT decide que loja maçônica não tem direito à isenção de IPTU

Ferrogrão e a Revolta de Atlas – ficção ou realidade?

STJ definirá natureza de rateio feito por associações de moradores

TJSC – Cidadão será indenizado por município após ter a casa alagada por galeria pluvial obstruída



@MOTAKALUME ADV



Confira os assuntos jurídicos recentes que impactam o setor



Publicação periódica de caráter informativo com circulação dirigida e gratuita, de acordo com o Provimento nº 205/2021 da OAB Conselho Federal e art. 45 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nós respeitamos a sua privacidade e somos contra qualquer tipo de spam.

Para acessar os links, clique nas matérias



TRF1 – Município da Bahia é condenado a restabelecer características de praça tombada após obras sem autorização do Iphan

STJ veta penhora de imóvel com alienação fiduciária para quitar dívida de condomínio

Solução de Consulta da Receita Federal diz que faz jus ao Regime especial de tributação parcelamento do solo mediante loteamento, desde que sejam atendidos os requisitos da legislação de regência, entre os quais se destaca a vinculação da atividade de alienação de lotes integrantes do loteamento à construção de casas isoladas ou geminadas

TRF1 – Desafios do tratamento de resíduos sólidos é destaque no Inteiro Teor

STJ – Penhora pode recair sobre direitos aquisitivos de contrato de promessa de compra e venda não registrado

TCU – Em licitação para registro de preços, é regular que os quantitativos mínimos exigidos para comprovação de experiência anterior, para fins de qualificação técnica-operacional, sejam estabelecidos por percentual do somatório dos quantitativos a serem demandados tanto pelo órgão gerenciador quanto pelos órgãos participantes (art. 9°, incisos II, III e § 3°, do Decreto 7.892/2013)



@MOTAKALUME ADV

